



Anais da Assembléia

Nº 151

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB.....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 1995.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinno Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (43). Achando-se ausentes dos Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Dr. Rosinha, Geraldo Cartário, Joel Coimbra, Jocelito Canto, José Marcos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Sâmis da Silva e Sérgio Spada (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº ATCC 1316/95, do Sr. Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requeridas pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos da SANEPAR sobre "Situação Econômico-Financeira das Prefeituras Municipais". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº ATCC 1289/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil,

em resposta ao Pedido de Informações requeridas pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos da SANEPAR sobre "Processo de Admissão do Senhor Maurílio Alves dos Santos. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 589/95, do Senhor Miguel Salomão - Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informações requeridas pelo Deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre "Fundo de Desenvolvimento Econômico". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº ATCC 1307/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requeridas pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos da SANEPAR sobre "Valores Arrecadados em Maringá, nos últimos cinco anos, a Título de Fornecimento de Água e Esgoto e dos Valores Aplicados pela Empresa no Município". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 560/95, do Senhor Norton José Siqueira Silva - Secretário de Estado da Fazenda substituto, em Resposta ao Pedido de Informações requeridas pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre "Receita do Estado entre Janeiro/82 a Julho/95". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, votação nominal ao Projeto de Lei nº 061/95.

Sala das Sessões, em 06.11.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 468/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a vender ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, observados os seguintes limites:

I - até a totalidade das ações sem direito a voto, emitidas em nome do Estado do Paraná;

II - as ações ordinárias emitidas em nome do Estado do Paraná, até o limite do art. 2º desta lei;

III - até a totalidade das ações com e sem direito a voto, emitidas em nome do Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE, administrado pelo Banco do Estado do Para-

na S.A., BANESTADO.

§ 1º - A venda a que se refere este artigo será efetivada parceladamente, em diversas operações de montantes adaptados às efetivas necessidades de recursos do Estado, contando com assessoramento da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Secretaria de Estado da Fazenda, com acompanhamento da Assembleia Legislativa.

§ 2º - As operações de venda das ações de que trata este artigo serão coordenadas pelo Banco do Estado do Paraná S.A., que fará a escolha das demais instituições participantes, através de procedimento licitatório.

§ 3º - Os preços mínimos de venda serão iguais a média dos últimos 20 (vinte) "preços médios" divulgados pelas Bolsas de Valores de São Paulo e Rio de Janeiro.

Art. 2º - O Estado do Paraná deterá sempre no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do total das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Art. 3º - Na utilização dos recursos obtidos com a venda das ações de que trata o art. 1º desta lei, deverão ser observadas as seguintes condições de forma isolada ou cumulativa:

I - aplicações em atividades produtivas;

II - investimentos que gerem efetivo aumento de receita tributária para o Estado;

III - geração de empregos;

IV - preservação do patrimônio reinvestido;

V - atração de capitais privados para investimento no Estado; ou,

VI - investimentos na área energética.

§ 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder no Orçamento Geral do Estado as alterações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 2º - Deverá o Executivo Estadual incorporar ao relatório e ao Balanço Anual do Estado, dados que contenham, entre outras, as seguintes informações:

I - quantidade de ações vendidas;

II - percentagem de ações ordinárias em poder do Executivo Estadual;

III - montante e aplicação dos recursos gerados pelas vendas.

Art. 4º - Ficam revogadas a Lei nº 10.702, de 30 de dezembro de 1993, o artigo 3º do Decreto nº 14.947, de 26 de outubro de 1954 e demais disposições em contrário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.11.95.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A proposição legal que ora formulamos é de fundamental interesse público, eis que, conforme está expressamente previsto no texto deste projeto de lei, os recursos obtidos com a pretendida venda de ações, serão utilizados na execução de projetos e programas de desenvolvimento econômico e social do Estado, mormente em atividades produtivas e motivem geração de empregos, mas que aumentem a capacidade do parque energético e nas que promovam atração de capitais privados para investimentos no Estado.

Vale ressaltar que o plano de lei em referência contém dispositivos que, limitando o volume de vendas, asseguram ao Estado manter-se na condição de acionista majoritário da COPEL. Há também, determinação de que a venda das referidas ações far-se-á em diversas operações de montantes adaptados às efetivas necessidades de recursos do Estado e que essas vendas, coordenadas pelo BANESTADO, contarão com assessoramento da COPEL e das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, com acompanhamento da Assembleia Legislativa.

Por outro lado, cabe esclarecer que a Lei nº 10702, de 30.12.93, cuja consequente revogação ocorrerá, trata de igual assunto, mas que, por falta de condições de plena execução, não produziu resultados e, portanto, perdeu objeto.

Assim, face as razões acima apontadas e pelo elevado interesse público de que se reveste o projeto de lei ora apresentado, esperamos dos dignos integrantes desta Casa de Leis apoio e aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 469/95

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado no calendário de eventos do Estado do Paraná, o "Dia do Rio", a ser comemorado a cada dia 24 de novembro.

Art. 2º - O Poder Público, em conjunto com a coletividade, promoverá eventos alusivos à data, com a finalidade de fiscalizar a qualidade da água, apresentando e assegurando soluções para a preservação e conservação dos processos ecológicos essenciais à sadia qualidade de vida, em meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná apresenta dotação estratégica de recursos hídricos, graças às bacias que ocorrem em seu território, conferindo-lhe autosuficiência em abastecimento de água e geração de energia, aliada a um grande potencial de utilização dos múltiplos usos adicionais de tais recursos hídricos (turismo, hidrovias, irrigação, etc).

Não obstante, o avanço da urbanização e outros fatores têm ocasionado aproveitamento desordenado desses recursos naturais.

Levando em conta que as reservas de água doce são limitadas a cerca de 3% do volume existente no Planeta, e que desse montante a água potável é ainda mais escassa - cerca de 07,7% do total - avulta a necessidade de permanente cuidado na gestão do patrimônio hídrico.

Ademais, a falta de água limpa tem se constituído num entrave para o desenvolvimento: a maior parte das doenças decorre de contaminação hídrica e o ser humano, ao se aglomerar nas cidades e suas cercanias, acaba comprometendo ainda o equilíbrio natural com práticas descuidadas e poluidoras (desmatamento, edificação nas bacias, lançamento de resíduos, etc).

Felizmente a sociedade paranaense já despertou para essa questão crítica, através de projetos governamentais e comunitários que visam trocar lixo reciclável por alimentos, recuperação das bacias degradadas e mudança de postura em relação à conservação dos seus recursos hídricos.

Sugestiva é a ação de diversos Municípios situados nas nascentes do Rio Iguaçu - Curitiba, Pinhais, Piraquara e mais São José dos Pinhais - que em conjunto com o Rotary Club, através do Distrito 4730, que jurisdiciona a Região Sul do Paraná, para a conscientização coletiva em torno da grande corrente unificadora do nosso território. A partir da comemoração do Dia do Rio a 24 de novembro em cada um desses municípios, pretendemos consagrar a data para um exercício de cidadania responsável no resgate do respeito às águas que garantem a vida.

Com o uso racional dos ecossistemas a atual e as futuras gerações terão qualidade de vida satisfatória; com o que se garante um convívio em harmonia com o ambiente e se evita posturas "radicais" que combatem o desenvolvimento ou posturas descuidadas que desbaratam irresponsavelmente os recursos naturais.

Ecologia e economia, vocábulos de raiz similar, precisam estar juntas neste limiar de novo século, evitando o comprometimento da espécie humana e antes, realçando o potencial transformador do homem vivendo em sintonia com a natureza.

Com base em tais considerações propomos a solenização da data em projeto, abrindo as comemorações e a conscientização das populações de cada localidade do Estado do Paraná em torno da valorização e uso adequado de suas águas.

PROJETO DE LEI N° 470/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Toda a pessoa tem o dever de comunicar às autoridades da área da Saúde Pública, a nível estadual e municipal no âmbito do território do Estado do Paraná, qualquer caso de subnutrição de que tenha ou vier a ter conhecimento.

Art. 2° - A pessoa, ao fazer a notificação, deverá informar à autoridade de Saúde, se possível, o nome, idade, sexo e local de residência onde se encontre a criança subnutrida.

Art. 3° - Recebida a notificação, a autoridade de Saúde, deverá investigar o caso e tomar as providências cabíveis.

Art. 4° - A inobservância das obrigações estabelecidas na presente lei, sujeitará o infrator à aplicação das penalidades previstas na legislação, aplicável ao caso típico.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Através da proposição supra, pretendemos fazer com que toda pessoa que tenha conhecimento de casos de subnutrição infantil, seja obrigatoriamente compelida a comunicar o fato às autoridades da área da Saúde, a nível municipal e/ou estadual, visando combater não somente a mortalidade infantil, mas também e sobretudo, formando cidadãos saudáveis que possam viver sua vida de modo mais feliz e produtivo, e responsabilizar as autoridades que não se empenharem no atendimento previsto.

Uma vez transformado em lei, o Projeto "sub examine", terá ainda o mérito de forçar a criação de programas específicos tanto a nível estadual como de cada município em particular, com evidentes benefícios sociais.

PROJETO DE LEI N° 471/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Estado implementará, observada a sua competência no âmbito do

Sistema Único de Saúde - SUS, as medidas necessárias para diagnóstico precoce do câncer de mama e do ginecológico, assim como o seu tratamento.

Art. 2º - O Estado assegurará, o meio das medidas a que se refere o art. 1º desta Lei:

I - O tratamento cirúrgico curativo e reparador a paciente que vier a ser submetida a mastectomia ou a qualquer outra cirurgia mutilante.

II - O acompanhamento psicológico ou psiquiátrico à paciente em tratamento, quando recomendado pelo médico assistente.

Parágrafo Único - O tratamento medicamentoso será gratuito à paciente comprovadamente carente.

Art. 3º - Para cumprir o disposto nesta lei, o Estado estabelecerá as medidas necessárias para o atendimento em:

I - Ambulatórios com consultórios aparelhados para realização dos exames.

II - Leitos ou unidades de internação.

III - Centros de referência para a realização de exames laboratoriais, ultrassonografia, mamografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e demais exames que se fizerem necessários.

IV - Centros de referência para a realização de punções-biópsias, tratamento cirúrgico, radioterápico, quimioterápico e outros que se fizerem necessários.

V - Centros de referência para tratamento psicológico e psiquiátrico.

Parágrafo Único - O atendimento mencionado neste dar-se-á, prioritariamente, em unidades de saúde já existentes.

Art. 4º - As unidades de saúde e laboratórios de anatomia patológica responsáveis pelo serviço enviarão ao órgão estadual competente relatórios informando o número de pacientes atendidas e diagnosticadas para controle da morbidade e da mortalidade destas patologias.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de:

I - dotação orçamentária própria consignada à Secretaria de Estado da Saúde.

II - transferência de recursos mediante convênios federais destinados a Programas de Assistência à saúde da mulher.

III - doações e legados de pessoas físicas e jurídicas públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras.

IV - outras fontes.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O câncer genicológico e de mama constituem graves problemas de saúde, não só no Paraná, mas também no Brasil, onde os casos chegam a atingir incidências preocupantes.

Por sua gravidade, o câncer, após instalar-se e atingir um certo estágio evolutivo, requer medidas de tratamento que, além de traumáticas para a paciente, são extremamente onerosas.

Detectadas a doença precocemente, por meios de procedimentos de relativa simplicidade, o índice de cura torna-se maior e os procedimentos terapêuticos exigidos, menos agressivos.

O fato de a saúde ser um setor carente de recursos e as verbas da Seguridade Social serem insuficientes para cobrir as despesas necessárias a uma assistência qualitativa e quantitativamente aceitável, faz com que a opção pelas medidas preventivas devesse ser realmente adotada.

O que estamos propondo neste projeto é que o Poder Público Estadual assumira responsabilidade na gestão dos serviços de prevenção e de tratamento dessas doenças, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8080/90, mencionadas a seguir:

Art. 17 - A Direção Estadual do Sistema Único de Saúde compete:

I - promover e descentralizar para os municípios dos serviços e das ações de saúde.

II - acompanhar, controlar, e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde.

III - prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde.

IV - coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços:

a) de vigilância epidemiológica.

IX) identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional.

X) coordenar a rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros, e gerir as unidades que permaneçam em sua organização administrativa.

Se a execução dos serviços de saúde, ainda de acordo com a Lei nº 8.080/90 deve ocorrer no âmbito de competência municipal, cabe ao Estado, antes de mais nada, cumprir seu papel de agente catalizador e organizador de tais serviços.

Cabe a ele, portanto, expedir as normas e promover as mudanças necessárias para que a assistência à saúde atenda às

justas expectativas do cidadão paranaense no que diz respeito a um de seus direitos constitucionais.

Em vista disso, acreditamos que a viabilização das medidas aqui propostas trarão as mais benéficas consequências para a saúde da mulher. Solicitamos, pois, o apoio de nossos ilustres pares a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Finda a leitura do expediente.

Antes de passarmos ao Pequeno Expediente, é com satisfação que temos em nosso meio a presença do ilustre Deputado Federal Padre Roque Zimmermann, da nossa querida Ponta Grossa, região dos Campos Gerais, nosso Estado que brilhantemente tem representado todos nós na Câmara Federal em Brasília. Sua permanência em nosso meio é uma satisfação desse Poder, bem como, a Mesa Executiva, recebe neste instante em nossas galerias, a presença dos Senhores Servidores Públicos Estaduais de um dos maiores órgãos desse Estado que é o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR -, que vêm de perto ver a funcionabilidade desse Poder. E ver que, realmente os Senhores Deputados, aqui muitos deles e através deles ocupando as suas cadeiras, como no caso os amigos nossos do IAPAR de Ponta Grossa, que nos honraram com a sua preferência em nome de Londrina, com Luiz Carlos Alborghetti, Antônio Belinati, Pessuti, e muitos outros, como também do Bloco Municipalista Toti Colaço, Deputado Tavares, e outros, nos honramos com as suas presenças no nosso meio. Desejamos que os objetivos comuns do Estado do Paraná e de vossas pessoas sejam alcançadas.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao ilustre Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente e Senhores Deputados, funcionários públicos do IAPAR, nesta tarde do dia 06 de novembro que estão aqui presentes no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e com muita honra e muita justiça fazem suas reivindicações, que é o anseio de todos vocês pelo brilhante trabalho que vêm fazendo frente a este órgão.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Estivemos ontem e desde sexta-feira, percorrendo a região Centro-Oeste do Estado do Paraná. Participamos dos trinta e cinco anos de emancipação política do Município de Roncador. E ontem estivemos inaugurando escola na localidade de Santo Antônio, juntamente com vereadores, com o Prefeito Joaquim Rodrigues da Silva, e a comunidade. Além de entregar uma escola à comunidade, o Prefeito entregou, também, uma mercearia comunitária, profissionalizante, para os jovens daquela cidade. Tam-

bém, na parte da tarde, estivemos juntos com a comunidade participando de um grande evento, a inauguração de um campo de futebol amador, e no qual este Deputado participou jogando com comunidade e participando dos trinta e cinco anos de emancipação, que foi uma grande festa. Por sinal, deixei lá a minha marca, na rede, nos barbanetes, mais um gol da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

E nesta oportunidade, Senhores Deputados, Senhor Presidente, o Deputado Nelson Tureck, se fez presente, mas levamos daqui, também, a mensagem do Presidente e de todos os Deputados da Assembléia Legislativa, porque esta Casa de Leis, esta Assembléia, estes Deputados têm trabalhado permanentemente e se empenhado na busca de um ideal melhor para o Estado do Paraná, e principalmente, para o nosso interior do Estado, que vemos hoje o nosso povo indo embora, Alborghetti. O Brasil é o contrário, nunca vi uma coisa dessa, Sr. Presidente. A China, que acabou com a bomba, com as guerras que houveram lá, e a China vai ser a primeira potência mundial. Sabe por quê? Porque a China, o governo incentiva o povo lá na roça, o governo quer que o povo fique no interior, trabalhando lá na terra, e no Brasil é diferente, no Brasil vemos hoje o povo vir embora do interior; não existe o incentivo do governo federal e é por isso que temos hoje tanta miséria, tanto roubo, tantos seqüestros, e um Brasil e um Estado tão grandes, Srs. Deputados, para se plantar, para matar a fome do brasileiro, não conseguimos plantar o suficiente para nós mesmos comermos, a nossa mercadoria, aquilo que é aqui produzido, que é aqui industrializado e que é comercializado.

Queremos agradecer a presença do Padre Roque, nesse momento que está aqui no Plenário, muito nos honra, e os seus pronunciamentos, temos elogiado o seu comportamento lá no governo Federal, principalmente no que tange aí ao desenvolvimento da nossa área rural, que é o nosso agricultor tão sofrido, tão surrado.

Na última semana, estive lá no Município de Roncador e dói no meu coração, Sr. Presidente, os agricultores que chegaram a gastar a sola do sapato, que vão no banco e não tem dinheiro para eles, quando veio o dinheiro eles já tinham plantado o trigo e àqueles que querem para plantar o feijão, o milho, o arroz, não existe o dinheiro. E vemos muitas vezes pela televisão, que existe o dinheiro e que na verdade só não existe para o nosso agricultor, este herói que planta, que sustenta e que realmente engrandece.

Senhor Presidente, peço ao Presidente do PDT, para usar do horário da liderança e dizer que vemos, realmente, uma luz à

nostra frente, com o programa do Paraná 12 meses do Governo Jaime Lerner, um programa aonde já estamos recebendo, na mensagem da Assembléia Legislativa, dinheiro que veio de fora, do Banco INTERAMERICANO, Alborghetti, mas é para ajudar o nosso agricultor, porque vemos aquele programa do Governador, que ele quer que o povo fique no interior, para que plante, para que a pequena propriedade tenha realmente aquele respeito, para que possa produzir a contento, para que possa ter uma vida digna e com isso sermos um Estado forte, porque somos um Estado da agricultura. E o Estado do Paraná, para sermos fortes, é preciso incentivar a agricultura, para que aquele pequeno agricultor não venda mais a sua propriedade, porque aqueles que venderam estão hoje nos grandes centros, morando em favelas, muitos que têm nem mais emprego e que têm que estar roubando. Isso, pelo plano de política que tivemos nos últimos anos, e que tenho certeza, que para o ano que vem o governo do Estado do Paraná, está dando aí realmente um grande apoio, àqueles pequenos agricultores.

Quero aqui, mais uma vez, para deixar registrado, Sr. Presidente não sou contra sindicato, toda a entidade tem que ter alguém que o represente, mas um só. Nós vimos ali, em Roncador, a preocupação dos nossos comerciantes, que ficam recebendo pagamentos e mais pagamentos para serem efetuados através do Banco do Brasil, que é uma brincadeira, Senhor Presidente, e quero deixar registrado aqui e agora, nesta Casa de Leis, para o conhecimento de todos. Um comerciante, o Senhor Felipe Covallecke, recebeu seis cartinhas intimando-o ao pagamento no Banco do Brasil para pagamento do Sindicato.

Temos aqui uma contribuição - e todas elas dizem contribuição obrigatória, - aqui tem o SINESC.

Sindicato das Empresas do Serviço e do Comércio, o valor de 97 reais para um pequeno comerciante, temos aqui outro Sindicato, da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, aonde também é uma contribuição de 50 reais. Temos outro Sindicato aqui também, é Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e similares, uma contribuição de um salário mínimo. Mais uma outra aqui, do SINAME, Sindicato Nacional das Microempresas do Comércio da Indústria de Serviços, de mais 54 reais e uma mensalidade de 22 reais, com desconto de 50%, que dá 11 reais por mês, que pergunto para vocês, seis tipos de Sindicatos cobrando uma contribuição de um pequeno comerciante?

O que adianta o Governo do Estado do Paraná, isentar o ICM da microindústria que vai gerar impostos para maior pagamento de funcionários públicos, para cuidar

da educação, da saúde de funcionários públicos, para cuidar da educação, da saúde, é isento, e vemos aqui um monte de sindicatos numa mesma empresa cobrando seis tipos de contribuição, ela tem que ter uma só, respeitar uma só, e tanto desperdício que vemos, isso é jogar dinheiro fora, é um Sindicato brigando com outro, para querer ter o direito de fazer o recebimento dessa empresa, das microempresas que já estão em estado de insolvência.

Portanto, Senhor Presidente, se for para pagar tanto Sindicato, as empresas preferem realmente pagar o ICMS, que vai ajudar na contribuição de melhorias do ensino, do funcionalismo público, de estradas melhores, de saúde, de educação.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só gostaria de esclarecer Vossa Excelência que a contribuição sindical ou imposto sindical nome dado, imposto sindical, e as mensalidades de quaisquer Sindicatos, não são devidos à empresa, nem micro, nem média, nem grande; são recursos dos trabalhadores que são destinados às entidades sindicais. Então, só queria fazer esse alerta que talvez Vossa Excelência não tenha entendido como é que funciona a legislação na área trabalhista, na área sindical, que ordena juridicamente isso. Quaisquer Sindicatos hoje, quando contribuem, o imposto que é dado pela legislação nacional, é retirado do trabalhador, e não da empresa.

O SR. NELSON TURECK - Só para concluir Senhor Presidente.

As palavras do Deputado Vanhoni, isso aqui é empregador, é de empresas que nós vemos, não somos contra o Sindicato, que cada entidade, a indústria, o comércio, o trabalhador, a agricultura, o professor, o funcionalismo público, cada um tem que ter um Sindicato, mas o que nós vemos aqui, Vanhoni, é que seis tipos de Sindicatos, mandam a cobrança para um determinado empregador, para que ele recolha.

Então, o nosso empregador, principalmente, o nosso comerciante, lá do interior, fica preocupado, ele não sabe qual é que vai pagar, porque aqui todos falam da Constituição, que é um direito e que é obrigatório o pagamento.

Então, o que nós alertamos a esse comerciante, para que ele pague tão somente o Sindicato da Federação do Comércio do Estado do Paraná, porque aí esse que é o Sindicato do nosso Estado que vai defendê-lo. Agora, se ele ficar pagando para Sindicato lá de Brasília, lá de São Paulo, lá do Rio Janeiro, então vai virar uma monteira de contribuições, que ele não tem

condições hoje de ter a sua própria sobrevivência.

Obrigado Senhor Presidente, era esse o registro que queria deixar nessa Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente, anunciamos em nosso meio as presenças ilustres dos Deputados Elias Abrahão, que muito nos honra no nosso convívio, Luiz Carlos Haully e ainda acompanhado do ilustre Deputado de Londrina, companheiro nosso de muitos e vários anos que tem nos prestigiado nas reivindicações lá em Brasília, bem como Wilson Santino, companheiro Techy, ex-Prefeito de Prudentópolis, da região dos Campos Gerais, que também nos honra com a sua presença, bem como a presença do Ricardo que, juntamente com a Bancada do Paraná tem desenvolvido os trabalhos do nosso Estado, em favor da nossa gente.

Encerrado o Grande Expediente, havendo declinado o Deputado inscrito.

Horário das Lideranças. PT, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores funcionários do IAPAR de todo o Paraná, particularmente os nossos amigos de Ponta Grossa, que nos dão a honra de sua visita, nesta tarde, hoje, na Assembléia Legislativa, para defender sua justa reivindicação do projeto de lei do Deputado Antonio Belinati, que terá o voto favorável da Bancada do Partido dos Trabalhadores por seus cinco Deputados.

Nosso grande abraço aos trabalhadores do IAPAR.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, subo mais uma vez à tribuna desta Casa para mostrar a indignação, não só dos Deputados do Partido dos Trabalhadores, mas de todos os brasileiros que, apesar do avanço da ideologia do "salve-se quem puder, têm ainda uma indignação contra a injustiça que assola o nosso País de Norte a Sul e, particularmente, quanto ao absurdo da concentração da propriedade da terra, subimos a esta tribuna para questionar mais uma vez a prisão dos líderes do "Movimento Sem-Terra", que já estão presos há vários dias e apesar de todos os manifestos, não só dos Deputados, de entidades da sociedade civil, representativas do nosso povo mais sofrido, ainda são mantidos na prisão, não conseguiram "habeas corpus", apesar dos esforços dos advogados. Uma prisão absolutamente injusta, que mostra mais uma vez, que infelizmente neste País, uma grande parcela do Poder Judiciário está a favor daqueles que concentram a propriedade secularmente no Brasil inteiro.

Nós vimos aqui fazer o nosso protesto

contra esse absurdo e defendendo mais uma vez a Reforma Agrária que porá fim a essas injustiças, colocando milhões de lavradores na terra para, pelo menos, poder produzir com amor e viver com um mínimo de dignidade.

Nesse sentido a Bancada do Partido dos Trabalhadores, apoiada por vários Deputados, apresenta nesta tarde dois requerimentos. Requerimentos e ofício ao Juiz de Direito, Dr. Darci Lopes Beralti, da Vara Distrital de Pirapozinho, da Comarca de Presidente Prudente, de São Paulo para que ele liberte os lavradores sem-terra: Jonas Andrade Justino, aliás os trabalhadores: Dorinda Alves e Márcio Barreto, os dois já presos e recolhidos no Carandiru, além de revogar a prisão preventiva de José Júnior, Laércio Barbosa e revogar a solicitação da prisão de mais novos trabalhadores sem-terra. Claudemir M., Cleuza Maria Pirato, Manoel Alves dos Santos, Felipe Procópio, Valter Gomes, José Eduardo Gomes de Moraes, Celito Luz da Silva e Davita da Silva.

Achamos que, particularmente, na região do Paranapanema, que são terras devolutas e há muito tempo em que o Estado sabe que lhe pertence, que a terra de direito pertence ao Estado de São Paulo, não podemos entender que a Justiça haja desta forma contra uma ocupação pacífica patrocinada pelo homem a favor da Reforma Agrária nessas terras devolutas, que devem ser colocadas à disposição dos lavradores.

O segundo requerimento é dirigido ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, onde nós solicitamos uma audiência para o dia 22 de novembro próximo, para, juntamente com demais autoridades civis, eclesiásticas, os Deputados que pedem esta audiência do Partido dos Trabalhadores, possam discutir sobre a realidade do movimento social dos sem-terra, que demandam soluções urgentes, bem como o memorial contra a violência no campo pela Reforma Agrária. Temas que se inserem na pauta nacional e que repercutem inclusive internacionalmente.

Queremos fazer essa audiência com verbas do Estado para que definam uma política clara, um benefício a favor da Reforma Agrária em nosso Estado, e uma política agrícola em favor do pequeno agricultor.

E nesse momento, o Deputado do PP, Irineu Colombo, encontra-se em audiência com o Governo do Estado para tentar impedir um despejo das fazendas, mais de 200 famílias que estão ocupando a Fazenda Cantu no Município de Laranjal, fazenda esta que já foi objeto de desapropriação para fins de Reforma Agrária pelo INCRA, mas que os donos da terra improdutiva conseguiram embargar na justiça.

Para concluir, Senhor Presidente, e

por isso, como única alternativa que os lavradores ocuparam para apressar a Reforma Agrária, aproveitamos a sessão de hoje, para fazer esse apelo ao Governador e para registrar também a presença do Deputado Federal Zimmerman, que tem um dos projetos de lei onde estamos reivindicando aprovação, inclusive do Presidente da República, que é o projeto que transforma o trabalho escravo em crime hediondo no Código Penal.

É um absurdo que em pleno final do século XX, no limiar do século XXI, num país que se diz um país da modernidade, exista ainda o trabalho escravo em fazendas por este Brasil afora.

Este projeto, juntamente com outros três, são de extrema importância para a luta dos pequenos produtores e para a luta da Reforma Agrária. Um projeto que interveio o processo de desapropriação, permitindo que o Governo Federal tão logo desaproprie uma área considerada improdutiva, se limita na posse da terra e o dono da terra, se quiser provar na justiça que a terra não é improdutiva, pode entrar no processo ordinário, mas enquanto ele não prova, o Governo pode já colocar famílias de lavradores na terra, o que é diferente do que acontece hoje, porque se o Governo decreta uma terra improdutiva, os donos da terra entram na Justiça e impedem a efetivação da Reforma Agrária até que esse processo tenha uma solução e que demora, as vezes, 2, 3, 4, 5, 10 anos, e isso impede a realização da Reforma Agrária.

Também o projeto que obriga que os Promotores de Justiça acompanhem qualquer processo de despejo para evitar chacina, como aconteceu em Corumbiara, em Goiás. Este também é um projeto de extrema importância e que faz parte do memorial pela Reforma Agrária e da solicitação de autoridades do País todo, entidades do Estado Civil, Deputados do PT pedem ao Governo Federal e estaremos aqui pedindo também ao Governo Jaime Lerner, para que se apresse na questão da Reforma Agrária.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de concedermos a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi, anunciamos com satisfação em nosso meio, complementando os Senhores Deputados Federais, o nosso Coordenador da Bancada, Deputado Basílio Vilani, Dirceu Sperafico, nosso companheiro Ricardo Barros, de Maringá, Paulo Bernardo, que complementam junto com os outros Senhores Deputados a representação nossa em Brasília, na Câmara Federal, e terão conosco, a partir das quinze horas e poucos minutos, uma reunião aqui neste Plenário, com todos os Senhores Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Augustinho

Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A nossa saudação especial aos Deputados Federais que nos representam na Câmara Federal em Brasília.

Na verdade, Senhor Presidente, ocupo esta tribuna de forma rápida, apenas para registrar aqui, me antecedendo ao pronunciamento do brilhante Deputado Antonio Belinati, apenas para saudar os companheiros do Instituto Agrônomo do Paraná e do IPARDES, que se encontram nesta Casa de Leis.

Não poderia deixar de prestar esta homenagem, porque sou funcionário público de carreira, com muito orgulho, do Sistema Estadual de Agricultura. E tenho acompanhado, não só nesta Casa de Leis, mas durante o tempo em que tive a oportunidade de ser chefe do núcleo da Secretaria de Agricultura em Pato Branco, onde tive a oportunidade de presenciar, acompanhar e discutir o trabalho realizado pelos pesquisadores do IAPAR, naquela unidade demonstrativa em Pato Branco.

Talvez, muitos Deputados aqui, tenham a idéia do que significa a situação da nossa agricultura hoje, até porque temos debatido isso com muita intensidade nesta Casa. Mas, se por um lado não temos hoje, ainda uma política de crédito rural que possa beneficiar os pequenos agricultores, agora mesmo o PRONAF, uma medida extraordinária do Governo Federal, visando financiar o pequeno produtor, não impede o reflexo imediato nas propriedades dos nossos agricultores, visto que, os agricultores vão ao Banco do Brasil, e não têm um financiamento na hora adequada, porque não têm recurso, neste momento em que os agricultores precisariam plantar.

Ainda mais, o Banco estabelece critérios, dando recursos para quem plantar determinada área, e não dando a outros produtores que não vão plantar acima de uma quantidade de hectares. É claro, deixando muitos agricultores sem ter esse crédito para que pudessem fazer o seu plantio.

Acompanho há muito tempo, com muito orgulho, o trabalho das pessoas ligadas à agricultura, não só do Estado do Paraná, mas neste País. Uma variedade de milho para ser colocada à disposição dos agricultores, leva às vezes dezoito, vinte anos de pesquisa no dia-a-dia do trabalho, daqueles que fazem da sua profissão de fé, uma abnegação, porque se não fosse assim, não permaneceriam tanto tempo trabalhando para que tivéssemos o resultado tecnológico apresentado aos produtores, para o desenvolvimento do nosso País.

E imagino, acompanhei o trabalho do IAPAR, que o faz com amor e muita proprie-

dade neste Estado, quantas vezes os pesquisadores, no final de semana, junto com os seus colaboradores, trabalhando nas suas pesquisas, nos seus experimentos, para que pudesse o IAPAR, colocar variedades que possam corresponder aos anseios do nosso agricultor. Quantas vezes verifiquei, que, com todas as dificuldades, permanece uma linha de pesquisa, que não é orgulho do Estado do Paraná, mas que coloca na vanguarda dos órgãos de pesquisa do País, o Instituto Agrônomo do Paraná.

Senhor Presidente, faço esse preâmbulo, para me somar ao projeto do Deputado Antonio Belinati, que visa estender a gratificação àqueles que trabalham no desenvolvimento, no apoio, no empreendimento da pesquisa, enfim, em todos os setores que possam evidenciar o conhecimento tecnológico do nosso Estado, do nosso País.

Gostaria aqui, e nestas palavras, de forma rápida, mas com muita determinação, pedir aos demais companheiros Deputados que representam a população do nosso Estado, nesta Casa, que apoiem esta medida, para que tenhamos o fortalecimento da pesquisa no Estado do Paraná. E desta forma, aprovando este projeto de lei, vamos então, quicá, e com a ajuda de todos, o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, sancionar este projeto de lei, transformando em lei e resgatando com justiça, um auxílio, uma ajuda, um incentivo para estes que trabalham no dia-a-dia em busca de alternativa para a agricultura do nosso Estado, que merece o apoio de todos os Parlamentares desta Casa.

Um forte abraço aos nossos irmãos do IAPAR e do IPARDES.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Anunciamos a presença em nosso meio do ilustre Deputado Alexandre Ceranto, e ainda o nosso ex-Deputado Estadual, companheiro que foi conosco em 1974, aqui nesta Casa, Deputado Federal Werner Wanderer.

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Antes, porém, anunciamos que a seguir, teremos uma reunião conjunta com todos os Deputados Federais que nos honram com as suas presenças e o seu prestigiamto ao nosso Estado do Paraná.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente.

Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/95, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza a criação do Colégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte", a ser instalado no Pólo Educacional da sede do Município de União da Vitória. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.C.E. E C.E.M.A.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/95, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que cria a obrigatoriedade de palestras preventivas de combate às drogas, nas atividades da Rede Estadual de Ensino. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.C.E. E C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que altera o Art. 12 e o parágrafo único da Lei nº 10.068, de 28/08/92, conforme específica. **PARECERES CONTRÁRIOS DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 21, de 21.03.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 061/95

PARECER:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Antonio Belinati, pretende alterar a redação do artigo 12 da Lei nº 10.068, de 28 de agosto de 1992.

O artigo 12 da sobredita lei refere-se à concessão de gratificação a servidores de nível superior e a alteração pretende conceder gratificação a servidores de nível médio e somente a funcionários do IAPAR e do IPARDES. Portanto, a alteração em causa não pode prosperar da forma como se encontra, motivo pelo qual mantivemos contatos com a assessoria do deputado-autor, que reformulará a proposição.

Em face do exposto, solicitamos o arquivamento do Projeto de Lei nº 061/95.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 061/95

PARECER:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, visa alterar o art. 12 e o parágrafo da Lei nº 10.068, de 28.08.92.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, após análise da matéria, solicitou o arquivamento da mesma.

Pelo fato de tratar-se de matéria referente aos quadros funcionais do IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná e IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social esta relatoria solicitou que ambos os órgãos se manifestassem a respeito do assunto em pauta.

O IAPAR, através do Ofício nº 1223/95, reconhece as dificuldades financeiras que o Estado atravessa e solicita apoio ao anteprojeto de lei, que apresenta uma nova proposta de gratificação de incentivo à pesquisa (em anexo), enviado ao Sr. Secretário da Agricultura e do Abastecimento.

O IPARDES, através do Ofício nº 257/95, esclarece que o referido projeto beneficia os servidores de nível médio, sendo estes em menor número nos quadros daquele órgão, salientando ainda, que encontra-se em fase de estudos, na governadoria do Estado, alteração do Decreto nº 1902/92, visando contemplar os servidores de nível superior que exercem atividades de pesquisa.

Mediante estas informações, esta Comissão de Finanças solicita o arquivamento do projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.09.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados César Seleme, Antonio Annibelli, José Tavares e Élio Rusch, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 061/95
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01

Inclua-se, no art. 1º do projeto de lei o seguinte parágrafo:

"§ - Os benefícios previstos serão estendidos aos funcionários da Secretaria de Estado da Agricultura".

Sala das Sessões, em 06.11.95

(aa) CÉSAR SELEME

ANTONIO ANNIBELLI

JOSÉ TAVARES

ÉLIO RUSCH

Em votação o Projeto.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Quereria nesta tarde primeiramente, é claro, agradecer e parabenizar a presença da Bancada Federal do nosso Estado, que se encontra participando conosco de uma Sessão Plenária, aqui, na nossa Assembléia Legislativa.

A presença dos Srs. Deputados Federais, nesta segunda-feira, é muito importante para o nosso Parlamento, porque exatamente nesta semana, está se iniciando a grande discussão e votação sobre matérias importantes, principalmente no que diz respeito à reforma tributária. Assim sendo, é claro, os meus cumprimentos, pela presença e daqui a pouco, iremos debater assuntos desta natureza.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria parabenizar o Deputado Antonio Belinati, pela feliz idéia, feliz iniciativa, de trazer no bojo deste Projeto de Lei nº 061/95 que altera o artigo 12º e o parágrafo único da Lei nº 10.068, de 28 de agosto de 1992. Se aprovado, corrigindo desta forma uma grande injustiça. E o Deputado Antonio Belinati, foi feliz em elaborar este projeto de lei, e quero dizer que mesmo com o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças desta Casa, eminente Deputado Belinati, que quero me somar a V. Exa., dizendo que estarei votando favoravelmente à aprovação deste projeto de lei.

(Aplausos)

Para completar, Sr. Presidente, reafirmando mais uma vez nós e eu particularmente, confio na sensibilidade humana do Governador Jaime Lerner, porque a aprovação deste projeto de lei nesta Casa, com certeza absoluta, que tem pautado por um atendimento na parte social corrigindo-se as injustiças que existem no nosso Estado, irá sancionar este projeto de lei. Desta forma, mais uma vez, os meus cumprimentos ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputados Federais, que hoje participam de Sessão dentro do Plenário de nossa Assembléia Legislativa, aos meus amigos, funcionários do IAPAR, que hoje estão presentes e acompanhando a votação, de um projeto de lei, que quero frisar aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitos injusto, quero parabenizar ao Deputado Antonio Belinati, pela montagem desse decreto, dessa lei, nobre Deputado, porque, como produtor quero falar aqui, sei da importância que o IAPAR tem para a agricultura do Paraná, e até mesmo para a agricultura do Brasil, quero deixar frisado que o meu voto é favorável a esse seu projeto e a vocês funcionários, tenho certeza que o Plenário desta Assembléia, vai ser sensível para votar, reconhecendo o trabalho exercido por vocês e o nosso Governador Jaime Lerner, Deputado Antonio Belinati, tenho certeza que vai ter a sensibilidade de reconhecer a importância que tem esse projeto em prol do desenvolvimento tecnológico feito pelo IAPAR, dentro do nosso Estado

do Paraná.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, iria fazer o encaminhamento desta matéria, manifestando aqui claramente a minha posição favorável ao projeto do Deputado Belinati, mas, como o Líder do PMDB, Caíto Quintana, vai falar em nome da Bancada do PMDB, então declino dessa condição, deixando que o Líder fale em nosso nome, já que a nossa Bancada vai votar favoravelmente a esse projeto.

(Aplausos)

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, obrigado, gostaria aqui Sr. Presidente, Srs. Parlamentares de externar a posição da Bancada do PMDB na votação desse projeto de lei de autoria do Deputado Belinati. Nossa Bancada esteve conversando Sr. Presidente, e majoritariamente vota favorável ao Projeto.

E vai além. Chegamos a propor à Mesa, Sr. Presidente, que venhamos a proceder essa votação com votação nominal e lhe digo o porquê.

Esta Casa está acostumada, muitas vezes, a votar projeto de lei e acaba tendo um veto do Governador, depois, as pessoas vêm aqui e se acaba votando para manter o veto.

Quero declarar que a Bancada do PMDB vai votar a favor do projeto agora e vai votar contra qualquer veto que aconteça do Executivo e autoriza nesse instante, e solicita neste momento que venhamos fazer essa votação de Plenário nominal para marcarmos a posição imediatamente dos aqui presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin. Em seguida o Líder do PT, Ângelo Vanhoni.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, faço uso da palavra também para cumprimentar o nosso querido colega, Antonio Belinati, pela iniciativa da idéia deste projeto de lei, mas nas mesmas palavras, recuperar as mesmas palavras do Deputado Caíto Quintana, dizendo que não é importante, não é só importante votar agora, hoje, mas também votar a favor desse projeto num eventual veto do Governador, e o nosso voto é a favor hoje e num eventual veto do Sr. Governador, portanto, meus cumprimentos Deputado Belinati.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Líder do PT, Deputado Ângelo

lo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, trabalhadores do IAPAR.

Essa discussão deste projeto, hoje, no meu modo de entendimento, está mal feita, e vou dizer porque está mal feita, quero, primeiramente, afirmar que a Bancada do PT vai votar favoravelmente.

Mas o entendimento e que não é unânime da nossa Bancada, é que hoje os Deputados da Assembléia Legislativa, se estão votando nesta Emenda, que estende a todos os funcionários do IAPAR, uma gratificação por pesquisa, eu, como Deputado tenho dúvidas, Deputado Belinati, se é a forma mais correta do tratamento ao Instituto IAPAR.

Vou votar favoravelmente, e acredito que a minha Bancada, a Bancada do PT, tenha esse entendimento, em função do arrocho salarial e do desmonte e do desmantelamento que as instituições de pesquisas vêm passando no nosso Estado, sobretudo no nosso Estado.

Os funcionários do IAPAR não podem mais continuar sobrevivendo com os mingua-dos salários que vêm recebendo por parte do Estado.

Quero deixar claro, que é esse o entendimento que faz com que votemos nesta proposta, que na realidade é uma proposta que vem suprir uma necessidade que é maior de vocês, que é de reajuste, de recomposição de perdas salariais e que o Governo do Estado tem sistematicamente negado essa discussão nesta Assembléia, de qualquer funcionário público, não tem aberto essa discussão com funcionalismo e não tem aberto essa discussão também no Plenário da Assembléia Legislativa.

A proposta do Deputado Caíto Quintana, Líder do PMDB tem o nosso total e irrestrito apoio, porque hoje, companheiros do IAPAR, vai ser aprovada a emenda do Deputado Belinati; saiam daqui com a aprovação, mas no momento que colocarem o pé para fora desta Assembléia Legislativa, se preparem para no dia do veto, votarem em dobro para que os Deputados que se comprometeram com vocês, para repor perdas salariais, através dessa emenda que estende o Instituto do Auxílio à Pesquisa, para que possamos garantir a derrubada do veto.

Senhor Presidente, nesse sentido, quero concordar com o Deputado Caíto Quintana de que o voto seja nominal e que os Deputados que tiverem consciência de que estão votando para repor uma injustiça, mantenham esse voto hoje e mantenham esse voto contra o Veto do Governador, que com certeza virá à Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passo

a palavra ao Deputado Cezar Silvestri, e em seguida ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acredito que seja necessário enfatizarmos a pesquisa, principalmente no setor agrícola nesse País. Nós, como agricultores e como representantes de uma região que tem na sua base econômica a agricultura que é a região de Guarapuava, região Centro-Oeste do Paraná, sabemos a importância do IAPAR, mas também do outro órgão de pesquisa federal que é o EMBRAPA.

Tivemos há poucos dias atrás um impasse muito grande, inclusive com a questão do plantio do trigo no nosso País. Sabemos da importância do IAPAR na implantação de novas variedades do trigo, como também de outras variedades, como a soja e demais produtos agrícolas.

Então, nós da Bancada do PSDB tivemos conversando, tivemos uma reunião e todos nós fomos unânimes a esse projeto do Deputado Antonio Belinati. Nós já nos posicionamos na Legislatura passada, favoráveis a um dos projetos que também eram de autoria da então Deputada Emilia Belinati e do Deputado Algaci Túlio que garantia 2% para a Ciência e Tecnologia. Por esta razão, até por uma questão de coerência, tomamos uma posição favorável a esse projeto do Deputado Antonio Belinati.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Deputado, último inscrito para encaminhar além do autor Antonio Belinati, Deputado de Londrina, Luiz Carlos e do Paraná, Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Quero deixar patenteado, Belinati, que não podemos cometer uma injustiça nesta Casa, hoje.

A Deputada Emilia Belinati, nos quatro anos do seu mandato e, tenho várias testemunhas, aqui, com o nosso apoio, quando nós éramos minoria do lado de cá, minoria, nós passamos o "pão que o diabo amassou" nesta Casa na luta pelo IAPAR.

Está aí o Deputado Algaci Túlio que era intransigente na sua luta pelo IAPAR. E a Deputada Emilia Belinati na posse do Diretor Superintendente do IAPAR em Londrina, falou e explicou, debateu, inclusive este projeto que Vossa Excelência aprova hoje.

Então, é importante não só votarmos. Não adianta a gente levantar aqui para a galera aplaudir e tudo bem. Depois vai lá para o Palácio, vem o veto, aí é que a coisa vai mudar.

Então, vamos levantar e dar a "cara para bater". Sou pelo IAPAR, sim. E quando

vir o veto tem que dar a "cara para bater de novo". Ou você é IAPAR ou você não é. É essa minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados Federais que nos honram com a sua presença e, logo mais, estaremos discutindo o interesse do nosso Estado.

Senhora Deputada, Senhores Deputados, funcionários do IAPAR, não poderíamos nós, que temos no IAPAR a maior base deste Estado, que se situa na nossa Cidade de Ponta Grossa, neste instante, com a presença do Presidente Anibal Khury, que assume os trabalhos e que nós o substituímos na sua ausência, deixar de nos posicionarmos.

Aqueles que nos conhecem lá de Vila Velha, da Fazenda Modelo, enfim, de toda a família do IAPAR de Ponta Grossa e da Região dos Campos Gerais sabem que na Legislatura passada, quando o Governador era Roberto Requião, nós já pedíamos no momento e continuamos pedindo votos no IAPAR.

O SR. VALDIR ROSSONI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvi atentamente aqui o pronunciamento de diversos Deputados.

Quero colocar a posição da Bancada do PDT, que não é a primeira vez que está votando com o IAPAR. Quando a Deputada Emilia Belinati fazia parte da nossa Bancada aqui, ela foi uma das grandes defensoras das causas do IAPAR. Em homenagem aos funcionários do IAPAR que estão aqui e em homenagem à nossa vice-Governadora, a Bancada do PDT continua votando com o IAPAR. Digo a vocês, me surpreendeu aqui a posição de alguns partidos políticos que quando há pouco tempo atrás derrubaram aqui os projetos de autoria da Deputada Emilia Belinati e do Deputado Algaci Túlio. Esta mudança de posicionamento de alguém que foi Governo por mais de 12 anos e querer aqui jogar para a platéia, quero deixar aqui claramente além da posição do PDT, dizer de que esta posição nunca é tarde, Deputado Caíto Quintana, nunca é tarde, que bom que chegou neste momento o apoio da Bancada do PMDB para aprovar esse projeto.

Pená que não foi antes, que vocês tiveram muito tempo, Vossas Excelências tiveram muito tempo no passado para aprovar

esses projetos, não o fizeram, mas agora no Governo Jaime Lerner, nós agradecemos o apoio e tenho certeza absoluta que projetos como esse, no decorrer do Governo Jaime Lerner, vamos recuperar a dignidade e o respeito de todos os setores do Governo que precisam ter o atendimento e ter a visão de um Governo que tem que melhorar o quadro funcional desse Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Senhor Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse projeto de autoria do ilustre Deputado Antonio Belinati, que visa instituir a gratificação para todos os funcionários do IAPAR, visa exatamente corrigir uma distorção, uma injustiça que se comete em diversos órgãos, em diversas Secretarias.

Ouvimos atentamente as colocações dos diversos Deputados que se manifestaram em relação a este projeto, e da nossa Bancada, PFL, ouvimos já o próprio Deputado Plauto Miró Guimarães, aos demais Deputados com quem nós contatamos durante o dia de hoje, e na nossa posição é favorável, mesmo porque recebemos em nosso gabinete, na manhã de hoje, uma comissão dos funcionários do IAPAR, e colocamos para esses funcionários que nós iríamos analisar esse projeto em conjunto com a bancada do PFL e foi o que fizemos. Ouvimos atentamente a manifestação do Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, nós que aprendemos a conhecê-lo, admirá-lo e acima de tudo, respeitá-lo pelas suas posições, como todos os Deputados.

Relembramos na Legislatura passada a vice-Governadora, Emilia Belinati, quando ela era a nossa colega aqui na Assembleia Legislativa, com o Deputado Algaci Túlio, visavam regulamentar o artigo 205 da Constituição do Estado, que visa exatamente atribuir 2% da sua Receita para o IAPAR, para que esse dinheiro, para que os recursos fossem investidos no setor de tecnologia no nosso Estado, em cima da pesquisa, porque o próprio IAPAR pela manifestação dos Deputados do Norte do Paraná, de Londrina, enfim de todos os Deputados, que são testemunhas que todos os equipamentos, viaturas, do IAPAR, tudo estava estragado. Agora, felizmente o Governo está recuperando, já fez isso na Polícia Civil, haverá de continuar dando um aumento diferenciado para a classe do magistério, porque os professores também estão aquém daquilo que merecem receber.

Agora faça exatamente essa justiça, através do projeto do Antonio Belinati,

que visa exatamente corrigir, um erro, uma distorção que existe entre os diversos segmentos dentro do IAPAR.

Sabemos que existe a gratificação para os engenheiros agrônomos; com este projeto também se institui a gratificação para os técnicos, enfim, para todos os funcionários.

E a nossa posição neste momento é a de que devemos valorizar o projeto, quando vem de encontro aos interesses de uma sociedade, ou de encontro a um segmento da sociedade. E o PFL tem votado a favor da regulamentação do artigo 205 na Legislatura passada; tem votado contra o veto do Governador Roberto Requião, quando ele reprovava regulamentação do artigo 205.

O PFL vota a favor desse projeto, e haverá de trabalhar com todas as entidades partidárias, para que o Governador venha sancionar este projeto do Antonio Belinati. Sucesso.

O nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente Deputado Anibal Khury, colegas, Senhores Deputados Federais, que num gesto de carinho e de respeito a esta Casa, comparecem hoje na Assembleia Legislativa; funcionários do IAPAR e do IPARDES.

Com muita alegria, complementando o trabalho que a Emilia Belinati e o Algaci Túlio fizeram na legislatura passada, como autores de uma lei que visava dar ao IAPAR um direito que eles não tinham, porque a lei, lamentavelmente, discriminava e discrimina uma boa parte dos funcionários do IAPAR e do IPARDES, até em respeito àquela posição que a Emilia e o Deputado Algaci Túlio tomaram, e que foi decidida por inúmeros Deputados, é que tivemos a honra, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de apresentar uma alteração nessa lei de gratificação, estabelecendo uma alteração no artigo 12, e parágrafo único da Lei nº 10.068, do dia 28 de agosto de 1992. E essa lei, Senhores Deputados, é bom lembrar, é uma lei discriminatória que vem prejudicando os funcionários do IAPAR há três anos e três meses.

Há três anos e três meses, funcionários do IAPAR e funcionários do IPARDES estão sendo discriminados, estão sendo prejudicados por essa lei. É lamentável que se passe tanto tempo até, para se corrigir uma grande injustiça. E o que colocamos na alteração dessa lei, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é autorizar o Poder Executivo a atribuir a todos os servidores do IAPAR e não apenas a uma parcela, e a todos os servidores do

IPARDES, a todos que se ocupam de atividades de ciência, pesquisa e geração de tecnologia, planejando, elaborando, implementando ou apoiando a execução de projetos ou estudos, visando o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso Estado do Paraná, uma gratificação de incentivo à pesquisa a todos os funcionários.

Não é apenas para quem tenha curso médio ou para quem tenha curso superior, para todos os funcionários que trabalham nessa área.

A gratificação de que trata este artigo, será objeto de regulamentação, através de decreto, mediante proposta conjunta da Secretaria de Estado de Administração, Planejamento e Coordenação Geral e da Agricultura e do Abastecimento, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da publicação dessa lei.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que queremos com a alteração dessa lei, é mostrar o respeito desta Assembleia, mostrar o respeito do Poder Público do Paraná para todos que trabalham no IAPAR e no IPARDES na área de pesquisa. Não é possível chegar em uma repartição e, na mesma área de pesquisa, chegar para o funcionário e dizer: você vai ter gratificação. Para você, não. Para você, tem. Para você, não.

É sabido que esta Casa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, já tem analisado o grande arrocho que o funcionalismo público do Paraná vem sofrendo há vários anos. Não queremos e não pretendemos usar a tribuna para debitar a esta, essa ou aquela autoridade, a responsabilidade pelo arrocho que praticaram no salário do funcionalismo público.

Temos que caminhar em direção ao futuro. E se existe uma defasagem, se existe o arrocho, se existe uma injustiça, devemos corrigi-la.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. No tocante, especificamente, ao IPARDES, que é onde conheço bem, com grande profundidade o problema, lembro-me, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que em certa ocasião, como Prefeito da Cidade de Londrina, havia uma greve no IAPAR, pelos salários miseráveis que a categoria recebia. Recordo-me, Senhor Presidente e Senhores Deputados, está aqui o Jailson, Presidente do SINDASPEL, está aí a Diretoria do Sindicato, lembro-me que fui procurado como Prefeito e tive pelo lado humano que conceder cesta-básica para o pessoal do IAPAR que estava em greve, tão miseráveis eram os seus próprios salários.

Evidente, que aquela cesta-básica cedida num período de greve, foi apenas em caráter emergencial.

Houve a greve, lamentavelmente, os salários continuaram achatados, continuou

havendo o total desrespeito de nossas autoridades pelo IPARDES, um instituto que está sucateado, um instituto que hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é o orgulho do Paraná, porque saem do IAPAR técnicos, funcionários com experiências notáveis, revolucionárias.

Vejo, até mesmo autoridades do primeiro mundo, buscando aprimorar os seus conhecimentos, junto ao pessoal do IAPAR, e vejo, outros países de primeiro mundo, que já levaram até alguns funcionários do nosso IAPAR embora e eles foram, em que pese o grande amor que eles têm pelo Brasil, pelo Paraná, e pelo IAPAR, mas, sufocados pelos salários, eles foram obrigados a fazer uma opção, em respeito até, às suas necessidades mínimas de sobrevivência para si e para a sua família.

Tenho a impressão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que se for feita uma enquete junto ao IAPAR, é provável que 100% dos funcionários vão responder que não querem deixar o Instituto, que não querem outro emprego, que não querem ir embora do Brasil. Eles querem continuar ministrando a sua competência, a sua capacidade e o seu amor, o seu carinho, para o engrandecimento cada vez maior do IAPAR, instituto que o Paraná não pode prescindir porque é o nosso Estado, um dos maiores celeiros agrícolas do mundo, e não se pode admitir um Estado que é olhado pelas autoridades do mundo inteiro, de repente ver aqui no Estado agrícola, tamanho descaso com quem trabalha, com os 1.200 funcionários do nosso IAPAR.

Portanto, Senhor Presidente, não estamos hoje aqui para questionar, para pedir apoio para que os outros 850 servidores que nada recebem de gratificação, que entendendo que é de justiça e que eles têm direito de receber.

Conforme os nobres colegas podem, observar no parecer da Comissão de Finanças, a própria direção do IPARDES revela proposta que já encaminhou à Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, proposta para modificar o sistema de gratificação e incentivo à pesquisa, a mesma douta Comissão de Finanças traz ao conhecimento desta Casa, e está nas mãos de cada Deputado, documento onde igualmente a direção do IPARDES revela uma série de estudos na Governadoria do Estado, alteração do Decreto nº 1.902 de 1992, sobre alterações nos critérios e idênticos pagamentos ao pessoal que trabalha no campo da pesquisa no IPARDES, é interessante observar, o expediente do IPARDES, que menciona que são poucos, observem Senhores Deputados, no relatório da Comissão de Finanças, os servidores que ali trabalham e que não têm curso superior, de onde se conclui, através dessa revelação do próprio comando do

IPARDES, que a aprovação do projeto de lei não vai comprometer em quase nada a folha de pagamento do IPARDES.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho à tribuna bastante emocionado, pelas manifestações dos Deputados de diversos partidos, antevendo que o projeto será aprovado e esse é o único remédio, o único meio, a única cirurgia, Senhor Presidente, para evitar a vida humilhante vivida por esses outros 850 funcionários do IAPAR que têm que bater na porta do SINDACEL, onde está aqui o seu Presidente, Jailson, não poucas vezes o Sindicato, sem que o assunto até veiculado na imprensa, acaba soterrando o seu Sindicato - SINDACEL, acaba socorrendo alguns funcionários que estão vivendo em situação de extrema miséria, mas na verdade, não é isso que o funcionário do IAPAR quer, ele não quer ficar incomodando e batendo à porta do Sindicato, porque esse não é o papel do Sindicato, o funcionário do IAPAR, não quer caridade, não quer esmola, ele quer apenas aquilo que ele tem direito e por justiça, porque vamos vendo, para concluir Senhor Presidente, alguns funcionários do IAPAR, endividados, seprocados, endividados no Banco, no agiota, trabalhando sobre efeito de calmantes, saindo de casa, já nervoso, irritado com o cobrador que bateu à sua porta; ele tem vontade de pagar, porque não é caloteiro, e não paga porque aquilo que ele tem direito de receber no IAPAR - porque trabalha também na área de pesquisa - está há três anos e três meses sendo discriminado.

Senhor Presidente, venho pedir, com a aprovação desse projeto, que a gente acabe com essa situação constrangedora, e que se pague o que o funcionário do IAPAR e do IPARDES tem direito. É justiça que estamos pedindo a esses funcionários, mil e duzentos funcionários do IAPAR e aos servidores do IPARDES.

Contamos com a aprovação do projeto, hoje, amanhã, e aquilo que foi dito, se eventualmente foi até vetado, que cada Deputado tenha a coragem, sim, de chegar aqui e votar contra o veto, mas a favor desses funcionários do IAPAR e do IPARDES.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como representante de Ponta Grossa, da região dos Campos Gerais, e Deputado do Partido dos Trabalhadores, não poderia deixar de manifestar neste momento, o nosso apoio ao projeto do Deputado Antonio Belinati, resguardando a luta de sua esposa, hoje vice-Governadora, Emilia Belinati,

ti, mesmo porque, na condição de Presidente da Comissão de Educação e da Cultura desta Assembléia, junto com os Deputados Orlando Pessuti, Eduardo Trevisan e outros, estamos apresentando a regulamentação do Art. 205, da Constituição do Paraná, porque este Estado deveria já há muito tempo estar utilizando 2% do orçamento, em benefício da Pesquisa Básica do Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

Essa foi também uma luta histórica da vice-Governadora Emilia Belinati, sabemos hoje, que há conflito no Governo Jaime Lerner, sobre a concepção do amparo a pesquisa, que estamos apresentando ao Ensino de São Paulo, e entendemos nesse mesmo sentido, que o IAPAR e o IPARDES como Institutos de Pesquisa, devem ter um tratamento especial por parte do Governo, da mesma forma que têm um tratamento especial as Universidades do Estado do Paraná, numa época de crise absurda, principalmente na agricultura, na pequena agricultura, por falta de uma tecnologia alternativa, produzida internamente no espírito do nosso País, da nossa terra, entendemos o papel importante que tem o IAPAR, e sabemos também que esses Institutos, tipo IAPAR e IPARDES vêm sendo há muito sucateados no Estado do Paraná.

Em nome da importância da pesquisa, porque conhecemos também o esforço e o trabalho dos funcionários do IAPAR de Ponta Grossa, da Região dos Campos Gerais, é que queremos manifestar nosso irrestrito apoio e nossa solidariedade ao Projeto do Deputado Antonio Belinati.

Mas esperamos, Deputado Antonio Belinati, esperamos que o Governador Jaime Lerner, não apenas sancione esse projeto, mas regulamente de uma forma especial aos funcionários, porque sabemos que o projeto autorizatório só poderia ser assim, nós Deputados não temos poder, a não ser fazer projeto que autorize o Governador a regular salários de funcionários.

Sabemos então, que além de sancionar esta lei, é preciso haver a intenção do Governador de beneficiar os funcionários desses importantes órgãos, como é o caso do IPARDES e do IAPAR.

E esperamos, mais uma vez, que o Governador Jaime Lerner, faça isso, e não vete esse projeto, como vetou outros, nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, esta Liderança entende que é matéria de suma importância para os funcionários do IPARDES, do IAPAR, entende que é uma luta de muitos anos, no entanto faz um alerta a todos.

Já de antemão, esta Liderança libera

os Senhores Deputados para votarem conforme suas consciências, mas alerta que este projeto passando por duas Comissões recebeu parecer, para que fosse arquivado.

No entanto o projeto está na Ordem do Dia e cada um vota conforme a sua consciência, mas fica ressalvado aqui, que há inconstitucionalidade no Projeto.

A Assembléia, evidentemente, vai votar conforme pediram os caros Srs. Parlamentares, mas se reserva também da preocupação que lá na frente, possa até, tomara que isso não aconteça, mas poderá até quem sabe acontecer o veto, em consequência desta inconstitucionalidade.

De qualquer maneira, teremos ainda nas próximas votações, Deputado Belinati, até mesmo de consertar alguma irregularidade dentro do projeto, para que não haja a frustração dos Srs. funcionários que vieram a esta Casa no dia de hoje.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, com Deputados com assento neste Plenário que até se manifestaram favoravelmente, agora, mas ao projeto, nas Comissões votaram pelo arquivamento.

Então peço aos Srs. todos que tenham o devido cuidado, a devida atenção com relação ao Projeto. Cada um vai votar conforme a sua consciência.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Queria, Sr. Presidente, apenas uma sugestão - pela ordem - ao Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo: este projeto, tranqüilamente será aprovado, hoje, na Assembléia Legislativa.

V. Exa. argumenta dos pareceres de duas Comissões a respeito da inconstitucionalidade do projeto. Então gostaria que V. Exa. levasse ao Governador a seguinte proposta: caso seja vetado do projeto, que o Governo faça o cálculo de quanto daria para o salário dos funcionários públicos do IAPAR e reajustar esses salários, de acordo com esse percentual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há requerimento sobre a mesa de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando, no uso de suas atribuições regimentais, votação nominal para o Projeto de Lei nº 61/95.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão.

Aprovado.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal para a votação.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. WALMOR TRENTINI - Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de anunciar também entre os Deputados da Bancada Federal que aqui se

faz presente, a presença do mais jovem Deputado Federal, nosso companheiro, amigo, Ricardo Gomide.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A votação nominal acusa 41 votos favoráveis ao projeto.

Está aprovado o projeto em primeira discussão.

Há Emenda dos Srs. Deputados, acrescentando os benefícios aos funcionários da Secretaria de Estado da Agricultura, por economia processual.

Vou mandar o projeto para a Comissão de Justiça e Comissão de Finanças, porque os funcionários estão aqui. Por certo se a Emenda fosse apresentada amanhã, os funcionários teriam que ficar e teriam a desilusão de não ter o projeto votado na sessão de amanhã.

Consulto o Plenário, se a decisão da Mesa é razoável.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, V. Exa. poderia dar o teor da Emenda?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lê o teor da Emenda.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, o projeto volta amanhã em segunda discussão, para receber essa Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estou decidindo que o projeto volta à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Finanças, para evitar que os funcionários continuem aqui e não tenha a votação na Sessão de amanhã e de depois de amanhã.

Consulto o Plenário.

Não havendo quem proteste, remeto o Projeto à Comissão de Justiça.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, por gentileza, quem é o autor, qual é o Deputado que subscreveu a Emenda?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O autor é o Deputado César Seleme.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, tendo em vista a reunião com os Srs. Deputados Federais, marcando uma sessão ordinária, para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs

144, 230, 276, 450, 451, 453 e 454/95,
e dos Projetos de Resolução n°s 034 e
041/95.

Marca ainda, uma sessão extraordinária
para logo após o término da sessão ordiná-
ria, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s
062 e 107/95,
e dos Projetos de Resolução n°s 034 e
041/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s
358, 369, 403 e 422/95.

Levanta-se a sessão.